FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

MARIA SUELANE MATOS DA ROCHA

CENÁRIOS DE ATUAÇÃO DA MERENDEIRA EM DUAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

Porto Velho/RO
Dez/2016

MARIA SUELANE MATOS DA ROCHA

CENÁRIOS DE ATUAÇÃO DA MERENDEIRA EM DUAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.

Monografia apresentada ao departamento de ciências da educação da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, como requisito parcial para conclusão do Curso de Pedagogia, licenciatura.

Profº. Orientador Drº. Josemir Almeida Barros.

Porto Velho/RO
Dez/2016

Biblioteca Central Prof. Roberto Duarte Pires
Ficha Catalográfica

Rocha, Maria Suelane Matos.
Cenários de atuação da merendeira em duas Escolas da Zona Rural do Município de Porto Velho/Ro/Maria Suelane Matos da Rocha, 2016. 62f

Orientador: Josemir Almeida Barros

Monografia (Graduação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia. Núcleo de Ciências Humanas. Departamento de Ciências da Educação, Porto Velho, 2016.

1.Escola rural. 2.Merendeira escolar. 3.Merenda escolar. I. Fundação Universidade Federal de Rondônia - Departamento de Ciências da Educação. II.Título.

CENÁRIOS DE ATUAÇÃO DA MERENDEIRA EM DUAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

MARIA SUELANE MATOS DA ROCHA

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia e aprovada pelo Departamento Acadêmico de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Rondônia.

Porto Velho, 16 de Dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof.º Dr.º Josemir Almeida Barros
Presidente – Orientador

_____

Profª.Drª. Edna Maria Cordeiro
Membro/UNIR

_____

Profª.Drª. Rosangela de F. C. França
Membro/UNIR

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a DEUS, por ter me dado a oportunidade de chegar à conclusão da mais um sonho sonhado acordada;

Por ter me permitido angariar conhecimento para conseguir dar continuidade aos meus sonhos, que continuo sonhando acordada;

Por ter me agraciado com oportunidades, que graças a Ele soube vivenciar.

Agradeço também à minha família que soube compreender os momentos de ausência, e soube compartilhar comigo os sonhos que sonhei;

Agradeço aos professores da Fundação Universidade Federal de Rondônia que compartilharam seus conhecimentos, fazendo-me crescer não apenas para ascensão profissional, mas principalmente para compreender e viver a vida em sua plenitude;

Agradeço, especialmente, à Professora Walterlina Brasil que muito me auxiliou nos momentos de incerteza;

Agradeço, imensamente, ao Professor Josemir Almeida Barros que não poupou esforços em relação à minha orientação, e sempre deu retorno às muitas indagações que fiz;

Agradeço, a alguns colegas de turma que conviveram comigo durante o Curso de Pedagogia;

Agradeço aos colegas de trabalho que me incentivaram a continuar minha jornada;

Finalmente, agradeço a todas as MERENDEIRAS que participaram desta pesquisa, a elas o meu respeito e admiração;

A todos aqueles que direta ou indiretamente participaram desta pesquisa:

OBRIGADA, MUITO OBRIGADA!!!

DEDICATÓRIA

♥ Aos meus pais, Diomédio Rocha Lima e Maria Matos de Lima, que não estão mais entre nós, mais que, me ajudaram trilhar um caminho difícil, mas recheado de amor, carinho e compreensão;

♥ Ao meu filho Robson de Souza Mota Júnior, por ser meu filho, meu amigo, meu companheiro;

♥ Ao esposo Robson de Souza Mota por me ajudar da forma que pode, e dar o mínimo de compreensão em minhas ausências, necessárias, para que nossa família tenha uma vida mais digna;

♥ Aos meus irmãos, Mário Charles Matos da Rocha e Maria Sueli Matos da Rocha por estarem sempre dispostos a me ajudar;

♥ Aos meus sobrinhos que, tornam minha vida mais alegre com o seu carinho e palavras boas;

♥ Aos meus amigos, por terem me dado força sempre;

♥ Aos meus professores, que ao longo de toda minha vida contribuíram para que hoje eu estivesse aqui.

EPÍGRAFE

Ontem um menino

Que brincava me falou

Hoje é a semente do amanhã

Para não ter medo

Que este tempo vai passar

Não se desespere, nem pare de sonhar

Nunca se entregue

Nasça sempre com as manhãs

Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar

Fé na vida, fé no homem, fé no que virá

Nós podemos tudo, nós podemos mais

Vamos lá fazer o que será

Gonzaguinha

ROCHA, Maria Suelane Matos. Cenários de atuação da merendeira em duas Escolas da Zona Rural do Município de Porto Velho/Ro. 2016(61f). Monografia (curso de licenciatura em Pedagogia) – Departamento de Ciência da Educação, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, Rondônia, 2016.

RESUMO

A alimentação escolar desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, pois supre parte das necessidades nutricionais dos muitos estudantes brasileiros, bem como auxilia na alimentação de populações carentes. A merendeira é uma das figuras mais marcante no cenário educacional no Brasil, haja vista que nos refeitórios são produzidos alimentos saborosos, que muitas vezes servem como a principal refeição. Diante desta assertiva é que esta pesquisa buscou evidenciar a importância da merendeira para o contexto educacional em duas escolas da zona rural do município de Porto Velho. Para que esta pesquisa fosse levada a termo foram escolhidas duas escolas no entorno do município de Porto Velho; escolas essas consideradas rurais por estarem localizadas na zona rural do município. Sendo assim, esta pesquisa destaca a importância da merendeira no contexto escolar rural. O objetivo geral foi investigar o cenário de atuação profissional da merendeira escolar rural em duas escolas da zona rural de Porto Velho/RO. Os objetivos específicos desta pesquisa foram: Identificar o contexto de formação da merendeira escolar em duas escolas rurais do município de Porto Velho, investigar políticas públicas que tragam algum tipo de benefício para o campo profissional em atuam as merendeiras Investigar os problemas enfrentados pelas merendeiras em seu contexto de atuação profissional, no sentido de construir um cenário que demonstre como está a saúde das profissionais da merenda escolar.A metodologia utilizada na pesquisa parte do método indutivo, onde foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas, no intuito de produzir respostas que atendessem aos objetivos da pesquisa.

Palavras-chaves: Escola rural. Merendeira escolar. Alimentação escolar.

ROCHA, Maria Suelane Matos. Scenarios of the activity of the merendeira in two Schools of the Rural District of the Municipality of Porto Velho / Ro. 2016 (61f). Monograph (undergraduate course in Pedagogy) - Department of Education Science, Federal University of Rondônia - UNIR, Porto Velho, Rondônia, 2016.

ABSTRACT

School feeding plays a fundamental role in the students' learning and development process, since it supplies the nutritional needs of many Brazilian students, as well as assists in the feeding of needy populations. The lunch box is one of the most outstanding figures in the educational scenario in Brazil, Given in dining rooms are produced tasty foods, which often serve as the main meal. Given this assertion is that this research sought to highlight the importance of the lunch box for the educational context in two schools in the rural area of the municipality of Porto Velho. For this research carried out, two schools chosen around the municipality of Porto Velho, Schools that are considered rural because they are located in the rural area of the municipality. Therefore, this research highlights the importance of the lunch box in the rural school context. The general objective was to investigate the scenario of professional performance of rural school lunch in two schools in the rural area of Porto Velho / RO. The specific objectives of this research. Identify the context of training of the school lunch box in two rural schools in the city of Porto Velho. Investigate public policies that bring some kind of benefit to the professional field in the work of the lunch box. Investigate the problems faced by the lunch box in its context of professional activity, in the sense of constructing a scenario that demonstrates how health professionals are at school. The methodology used in the research based on the inductive method, where questionnaires applied with open and closed questions, in order to produce answers that answered. Research objectives.

Keywords: Rural school. School lunch box. School lunch.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização sem escala. 18
Figura 2 – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Ermelindo Monteiro Brasil: portão de entrada. 18
Figura 3 – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Ermelindo Monteiro Brasil: corredor e salas de aula. 19
Figura 4 – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Ermelindo Monteiro Brasil: entrada. 19

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalho da merendeira. 44
Quadro 2 – Ambiente de trabalho. 46
Quadro 3 – Desafios e problemas. 48

LISTA DE SIGLAS

EMEIF – Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

CNA – Comissão Nacional de Alimentação

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FAE – Fundação de Assistência ao Estudante

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

CNME – Campanha Nacional de Merenda Escolar

RO – Rondônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14
1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DA PESQUISA 17
1.1 ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL ERMELINDO MONTEIRO BRASIL 17
1.2 ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL JOÃO AFRO VIEIRA 20
1.3 PERCURSOS DA PESQUISA 22
2 O RURAL AQUI E ACULÁ 24
2.1 O ENSINO RURAL NO BRASIL 24
2.2 O ENSINO RURAL EM RONDÔNIA 25
2.3 O ENSINO RURAL EM PORTO VELHO 25
2.4 BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 26
2.5 A REGULAMENTAÇÃO DO PNAE - LEI Nº 11947 29
2.6 OS CAMINHOS DA MERENDA ESCOLAR 32
2.7 O TRABALHO DESENVOLVIDO PELA MERENDEIRA 35
2.8 AÇÕES PROPOSTAS PARA O BOM DESEMPENHO DAS MERENDEIRAS 36
3 PESQUISA: O CAMPO E SEUS DESDOBRAMENTOS 37
3.1 A MERENDEIRA EM SEU CONTEXTO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL 40
3.2 A MERENDEIRA ESCOLAR NO CONTEXTO POLÍTICO: O PENSAR, O DECIDIR E O FAZER 43
3.3 A MERENDEIRA ESCOLAR NO TRABALHO: SAÚDE, DOENÇA E PROBLEMAS RELACIONADOS COM A PROFISSÃO 45
CONSIDERAÇÕES FINAIS 50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 52
ANEXOS 56

INTRODUÇÃO

Com açúcar e com afeto
Fiz seu doce predileto.
(Chico Buarque)

É fato que a Educação do Campo[1] tem ganhado ênfase no cenário educacional brasileiro nos últimos tempos, com destaque para as adequações relacionadas ao ensino e aprendizagem com a instituição de metodologias específicas aplicadas ao campo. A ideia de que os espaços urbanos são melhores do que os espaços rurais tem sido refutada pelos especialistas do assunto, haja vista que os espaços rurais podem propiciar aos seus habitantes o conhecimento e as condições necessários para o desenvolvimento de trabalho que garanta a sustentabilidade daqueles que estão no campo. Longe vai o tempo em que o campo era concebido apenas como espaço de latifúndio, do conservadorismo e das práticas de repetição dentro da ideia da dominação de uns pelos outros, ao contrário hoje o campo é concebido como espaço social, com vida, onde aqueles que ali se encontram têm identidades culturais próprias e as práticas culturais são compartilhadas e socializadas por todos. O campo, assim como a cidade, possui peculiaridades vividas e vivenciadas por seus habitantes; essas peculiaridades estão relacionadas também com a educação oferecida no campo, que são preconizadas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo[2].

---

[1] Segundo o Caderno do SECAD os conceitos relacionados à sustentabilidade e à diversidade complementam a educação do campo ao preconizarem novas relações entre as pessoas e a natureza e entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas. Levam em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política e cultural, bem como a equidade de gênero, étnico-racial, intergeracional e a diversidade sexual. Disponível em: red-ler.org/educacaocampo.pdf.Acesso em: 03/12/2016.

[2] Resolução CNE/CEB1 de 03 de abril de 2002 que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Art. 2º: Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. No Parágrafo único assegura: a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002Acesso em 14/04/2016 às 18h.

Sendo assim, o processo de mudança e educação no campo é inovador, pois cria um vínculo maior entre os habitantes do campo e a escola. Temos como exemplo de mudança as adequações do calendário escolar, que respeita as estações climáticas inerentes aos vários ambientes rurais espalhados pelo país.

Nesse sentido, podemos destacar um aspecto muito importante na educação no campo: a merenda escolar, um momento importante no contexto educacional, que traz em seu bojo uma figura muito importante: a figura da merendeira; uma trabalhadora que muitas vezes não é considerada educadora, mas que com sua atuação ajuda os estudantes a serem pessoas mais educadas, a partir do momento em que os ajuda a compreender como se usa os talheres, ou quando evita o desperdício de alimentos, ou mesmo quando fornece aos estudantes uma merenda apetitosa para se degustar. É essa figura o objetivo e foco principal desta pesquisa, mais especificamente a merendeira que desenvolve o seu trabalho em duas escolas da zona rural no entorno da cidade de Porto Velho/RO.

A alimentação escolar desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, pois supre parte das necessidades nutricionais dos muitos estudantes brasileiros, bem como auxilia na alimentação de populações carentes. Segundo Sturion (2002) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa melhorar as condições nutricionais e a capacidade de aprendizagem do estudante, além de formar bons hábitos alimentares. Sendo assim, o PNAE[3] pode ser considerado um importante programa de garantia à segurança alimentar no Brasil, haja vista a sua abrangência e magnitude.

A merenda escolar possui legislação específica que rege tanto os custos arcados pelos governos, quanto os custos utilizados pelas escolas. Ainda segundo Sturion (2002) o Programa Nacional de Alimentação Escolar teve origem em 1954, com a criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), vinculada ao setor de Saúde Pública do Ministério da Saúde, que foi denominado, à época, Programa Nacional de Merenda Escolar, seu objetivo principal era reduzir a

[3]O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) completou, em 2004, 50 anos de existência. Está presente em quase todos os municípios brasileiros e é considerado o maior programa de suplementação alimentar no Brasil, tendo em vista sua abrangência e seu alcance.

deficiência nutricional de estudantes carentes do Brasil, dentre esses os que se encontravam no campo.

No primeiro capítulo da pesquisa, além da introdução e da caracterização dos espaços da pesquisa, destacamos os objetivos, o Objetivo Geral foi o de investigar o cenário de atuação profissional da merendeira escolar rural em duas escolas da zona rural de Porto Velho/RO, haja vista que a merendeira é uma das figuras que compõem o esse cenário educacional, e seu papel merece ser apreciado por estudos acadêmicos. Já os objetivos específicos desta pesquisa foram: identificar o contexto de formação da merendeira escolar em duas escolas rurais do município de Porto Velho, haja vista que as mesmas têm buscado formação em nível superior, no sentido de mudarem não apenas de profissão, mas buscando melhorarem suas vidas como um todo. Investigar políticas públicas que tragam algum tipo de benefício para o campo profissional em atuam as merendeiras de duas escolas da zona rural do município de Porto Velho/RO. Investigar os problemas enfrentados pelas merendeiras em seu contexto de atuação profissional, no sentido de construir um cenário que demonstre como está a saúde das profissionais da merenda escolar.

No segundo capítulo abordamos o referencial teórico, para embasar o desenvolvimento da pesquisa, no intuito de fundamentar, principalmente,o relatório da pesquisa, onde buscamos destacar teóricos que realizaram estudos anteriores a este. Vale destacar que esses teóricos muito contribuíram para que esta pesquisa fosse levada a termo.

No terceiro capítulo destacamos a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, partindo do método indutivo, onde foram aplicados questionários às merendeiras de duas escolas da zona rural do município de Porto Velho, que responderam perguntas abertas e fechadas, sendo que a partir das respostas foi construído o quarto capítulo referente ao relatório, onde consta também a análise da pesquisa.

A realização desta pesquisa que teve como objetivo trazer para a Academia uma reflexão sobre o papel da merendeira em escolas da zona rural do município de Porto Velho, haja vista que a merendeira é uma das figuras de destaque no cenário educacional e merece todo o respeito da comunidade acadêmica.

1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram escolhidas duas escolas da zona rural de Porto Velho: a EMEIF João Afro Vieira, localizada na comunidade Vila Princesa, ao longo da BR 364 no sentido Rondônia/Acre, A outra escola é a EMEIF Ermelindo Brasil, localizada ao longo da BR 319, no sentido Rondônia/Amazonas. São escolas municipais criadas para atender às comunidades rurais localizadas nas proximidades dessas escolas.

1.1 ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL ERMELINDO MONTEIRO BRASIL

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Ermelindo Monteiro Brasil está localizada no conjunto residencial DNIT, à margem esquerda do rio Madeira, no km 1,5; no sentido Rondônia/Amazonas, na BR 319. Seu horário de funcionamento atende no período da manhã e tarde; na modalidade infantil e fundamental respectivamente.

Apesar de já ter sido criada a vinte anos, a Escola Ermelindo Monteiro Brasil ter sido funciona nos dias atuais em prédio recém construído, em virtude ter sido criado o residencial DNIT, para atender os moradores realocados do bairro Balsa.

A referida escola conta com 12 salas de aula, biblioteca, onde também funciona a sala de leitura; está em andamento a sala de informática, que apesar de não estar funcionando conta com o montante de quatro computadores; possui uma sala de materiais esportivos, também usada para guardar os brinquedos existentes na escola. Para o desenvolvimento das atividades físicas e de recreação são utilizados o pátio da escola, a quadra esportiva e um palco onde são desenvolvidas as atividades teatrais.

Na parte de serviços a escola dispõe de um refeitório, banheiros e sanitários suficientes para o atendimento de sua clientela, ressaltando que as instalações sanitárias são adaptadas para pessoas com deficiências físicas

especiais. Dispõe ainda, de salas que abrigam o corpo técnico e de professores da escola.

O corpo de funcionários da Escola Ermelindo Monteiro Brasil está composto de: um diretor, um vice diretor, dois coordenadores, dois supervisores, dois orientadores, um responsável pela biblioteca, assim como merendeiras e serventes.

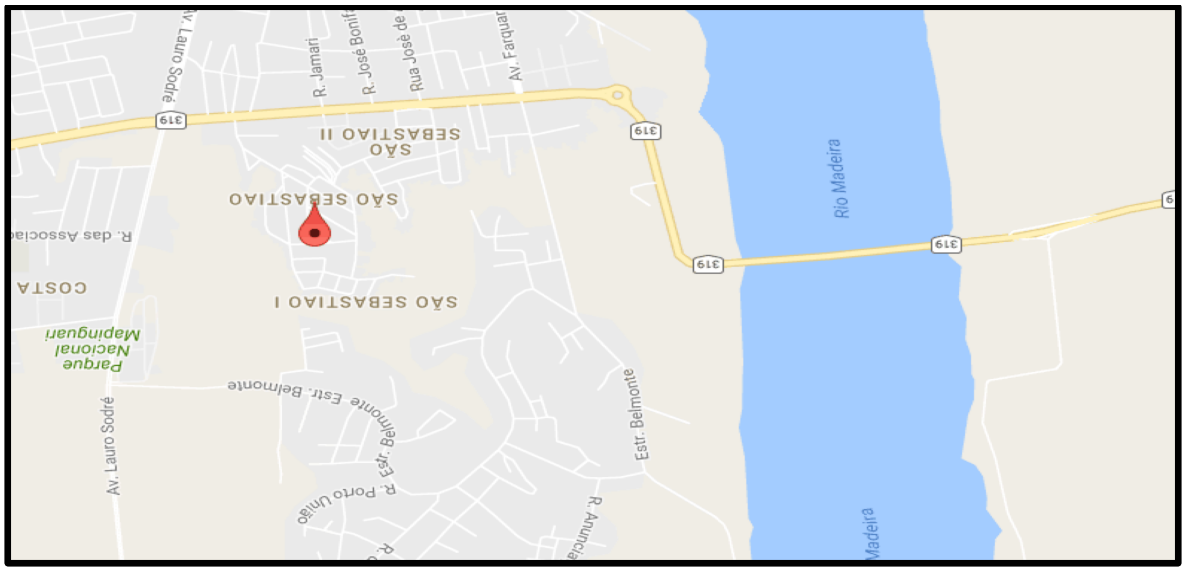

Figura 1 – Mapa de localização sem escala.

Fonte: www.google.com.br

Figura 2 – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Ermelindo Monteiro Brasil: portão de entrada.

Fonte: www.google.com.br

Figura 3 – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Ermelindo Monteiro Brasil: corredor e salas de aula.

Fonte: www.google.com.br

Figura 4 – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Ermelindo Monteiro Brasil: entrada.

Fonte: www.google.com.br

1.2 ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL JOÃO AFRO VIEIRA

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental João Afro Vieira está localizada a Rua Francisco Fontenele, nº 338, na comunidade Vila Princesa, que tem como característica principal a reciclagem de resíduos sólidos produzidos pela população de Porto Velho.

A referida escola funciona em horário matutino e vespertino, atendendo as modalidades de ensino infantil e fundamental, respectivamente. O prédio onde funciona a EMEIF João Afro Vieira conta com seis salas de aula, biblioteca, sala de vídeo, e leitura; possui também um refeitório, e suas instalações sanitárias são adaptadas para atender pessoas portadoras de necessidades físicas especiais. Conta, ainda, com sala de direção, coordenação, orientação e supervisão, assim como sala de professores.

O corpo de funcionários está composto de: um diretor, um vice-diretor; um coordenador, que também exerce a atividade de supervisor; um orientador; assim como professores, merendeiras e serventes.

Figura 5 – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental João Afro Vieira: entrada principal.

Fonte: www.google.com.br

Figura 6 –Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental João Afro Vieira: sala de aula.

Fonte: www.google.com.br

Figura 7 – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental João Afro Vieira: refeitório.

Fonte: www.google.com.br

1.3 PERCURSOS DA PESQUISA

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar o cenário de atuação profissional da merendeira escolar rural em duas escolas da zona rural de Porto Velho/RO, haja vista que a merendeira é uma das figuras que compõem o esse cenário educacional, e seu papel merece ser apreciado por estudos acadêmicos.

Os objetivos específicos desta pesquisa foram: Identificar o contexto de formação da merendeira escolar em duas escolas rurais do município de Porto Velho, haja vista que as mesmas têm buscado formação em nível superior, no sentido de mudarem não apenas de profissão, mas buscando melhorarem suas vidas como um todo.

Investigar políticas públicas que tragam algum tipo de benefício para o campo profissional em atuam as merendeiras de duas escolas da zona rural do município de Porto Velho/RO.

Investigar os problemas enfrentados pelas merendeiras em seu contexto de atuação profissional, no sentido de construir um cenário que demonstre como está a saúde das profissionais da merenda escolar.

O alimento é um dos principais fatores na vida do ser humano. Ao estar bem alimentado o homem consegue desenvolver suas mais diversas potencialidades. É a partir de uma alimentação de qualidade que a maior parte da humanidade adquire força para sobreviver e lutar por seus objetivos. Sendo assim, a escola não poderia prescindir ou mesmo desconsiderar a alimentação dos estudantes, pelo contrário, é partir de uma alimentação saudável na escola que o estudante adquire bons hábitos alimentares.

Neste sentido esta pesquisa buscou resposta para a seguinte indagação: Qual o papel da merendeira no contexto escolar em duas escolas da zona rural do município de Porto Velho/RO. Buscou, ainda, evidenciar a participação da merendeira nas decisões que envolvem a merenda escolar, assim como se existem políticas públicas voltadas para a profissão de merendeira; na pesquisa foi levantado se as merendeiras são valorizadas pelo trabalho que executam; foram, ainda, levantados referenciais para o embasamento teórico desta pesquisa.

Em busca de encontrar tais respostas a pesquisadora pautou por investigar junto às merendeiras quais são os conhecimentos que as mesmas têm referentes ao trabalho que desenvolvem, assim como sobre políticas públicas; buscou ainda saber se as merendeiras sentem-se valorizadas pelo trabalho que fazem. Nesse sentido foram realizadas observações que contribuíram para o relatório final, tanto na cocção da merenda, assim como na distribuição da mesma, observando-se, principalmente, o desempenho da merendeira.

Diversas são as justificativas para o desenvolvimento da presente pesquisa, entre elas asseveramos que uma alimentação saudável, sem nenhuma dúvida, auxilia no desenvolvimento cognitivo do ser humano; não basta ao homem apenas se alimentar, é preciso compreender que o alimento é muito importante, porém se for mal utilizado pode causar danos à saúde. Uma alimentação saudável é aquela que proporciona à pessoa comer aquilo que seu corpo necessita para funcionar da melhor maneira possível. Assim, indivíduos em fase de crescimento, deverão ter uma alimentação condizente com as suas realidades.

Nesse âmbito, a escola torna-se uma das responsáveis por inclinar os estudantes a adquirirem hábitos alimentares saudáveis, haja vista que os estudantes passam uma boa parte do dia na escola. Sendo assim, este estudo se justifica pelo fato de que buscará esclarecer a importância do papel da merendeira no contexto escolar rural, assim como as políticas públicas relacionadas à merenda escolar. Um assunto que envolve todo o contexto escolar, haja vista que as cozinhas escolares são espaços que devem ser considerados como espaços de aprendizagem, tão importantes no contexto educacional quanto as salas de aula. Assim como a figura da merendeira é tão importante quanto a figura do professor.

2 O RURAL AQUI E ACULÁ

2.1 O ENSINO RURAL NO BRASIL

A Constituição Federal Brasileira (1988) assegura que a educação é um direito de todos. Porém, há que se considerar que somente em 1996 com o advento da LDB 9394/96 e especificamente com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo[4]que a Educação no Campo foi evidenciada a partir das suas peculiaridades, isto é, foram consideradas as diversidades culturais entre o urbano e o rural.

É sabido que o ensino rural no Brasil tem sido marcado pelas lutas sociais e dos trabalhadores do campo. Embora alguns estudiosos defendam uma diferença entre ensino rural e educação no campo, o fato é que um depende, intrinsecamente, do outro, haja vista que o ensino rural está relacionado à estrutura educacional, já a educação no campo está relacionada com o currículo educacional, onde o camponês possa participar das decisões pertinentes à sua vida no campo.

Neste sentido, Caldart (2000) apud Bof et al (2006, p. 73) defendem que:

> As questões de educação nas zonas rurais não poderiam vir dissociadas das lutas e movimentos de diferentes segmentos da população do campo, como o Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a Confederação Nacional do Trabalhador e Trabalhadora na Agricultura (Contag). A análise da educação no meio rural passa, assim, necessariamente pela compreensão da realidade das lutas pela terra e reforma agrária, dos acampamentos e assentamentos, ou de outras áreas regulamentadas para a ocupação de grupos de quilombolas, indígenas, povos da floresta, ribeirinhos, entre outros. Para o MST, a escola é uma exigência imposta pela realidade das crianças em idade escolar que acompanham os pais nas ocupações de terra. A educação é defendida não como um fim em si mesmo, mas como instrumento de luta pela terra e por condições de vida, de afirmação de sua identidade.

Sendo assim, as questões do ensino rural, assim como a educação rural não deverão considerar o ensino pelo ensino,mas deverão ser considerados, principalmente, porque os habitantes do campo necessitam ser compreendidos como a parte mais importante da conjuntura campesina, assim como da conjuntura educacional, haja vista que não se pode esquecer que os

[4] Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002.

trabalhadores do campo precisam de saberes necessários para a sua sobrevivência no campo.

2.2 O ENSINO RURAL EM RONDÔNIA

No Plano Estadual de Educação (PEE) do Estado de Rondônia, elaborado para ser instituído a partir de 2014 até 2024, pode-se verificar que a Educação no Campo foi historicamente marcada pela ausência de políticas educacionais, isso porque em contraposição o referido Plano define que essa modalidade de educação básica deve definir que o atendimento da população do campo tem que ser adaptado às peculiaridades da vida rural e de cada região.

> Esta modalidade da Educação Básica define para o atendimento da população do campo, adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural e de cada região, com orientações referentes a conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e adequação à natureza do trabalho na zona rural. As propostas pedagógicas das escolas do campo devem, portanto, ter flexibilidade para contemplar a diversidade do meio, em seus múltiplos aspectos, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. (PEE/RO, 2014, p. 56)

Vale ressaltar que o plano destaca que o atendimento da educação no campo tem sido realizado através da cooperação entre o estado e os municípios, onde o estado é o responsável pelo Ensino Médio, ficando os Ensinos Infantil e Fundamental a cargo dos municípios.

2.3 O ENSINO RURAL EM PORTO VELHO

O Ensino Rural no município de Porto Velho é tratado no Plano Municipal de Educação como educação do campo e traz como premissa quatro concepções classificadas como essenciais para o desenvolvimento do ensino no campo. Tais concepções estão divididas em:

> a) Concepção de mundo, onde o homem do campo possui jeito peculiar, onde o vínculo com a terra é fecundo, e o mesmo sobrevive até às devastadoras crises econômicas; b) Concepção de escola: local onde seja possibilitado ao homem do campo a ampliação, onde o professor deve ter competência para reconhecer os conhecimentos locais, e desse modo relacioná-los aos conhecimentos acumulados, trabalhando-os em diferentes momentos pedagógicos; c) Concepção de conteúdos e metodologias de ensino: os conteúdos devem estar relacionados aos seus possíveis significados, no sentido de que possam ser reconhecidos e valorizados pelos educandos moradores das comunidades. Nesse processo o professor é o personagem que deverá adequar os conteúdos a serem trabalhados à realidade vivida pelo homem do campo, rompendo, desse modo com os conteúdos trabalhados no meio urbano; d) Concepção de avaliação: nesse contexto a avaliação é muito mais que uma verificação para fins de notas, deve ser considerada um diagnóstico que faça emergir os processos que precisam ser modificados na prática pedagógica.

Diante destes conceitos há que se reconhecer que plano projetado pelo município de Porto Velho busca incentivar o homem do campo a permanecer no campo, outorgando aos filhos, e até mesmo aos camponeses o direito de usufruir o mesmo direito outorgado aos educandos urbanos, porém, sem desconsiderar os conhecimentos já adquiridos e vivenciados pelos campesinos.

2.4 BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A alimentação exerce um papel fundamental em todo o ciclo de existência do homem. Sendo assim, o governo não pode prescindir em atender as necessidades nutricionais daqueles que frequentam as unidades escolares do país.

Para Conceição et al (2010) apud ISSA et al 2014, p. 96):

> O ambiente escolar um importante local que possibilita o contato e a criação de hábitos alimentares saudáveis. Ademais, a escola tem como dever difundir práticas adequadas que propiciem o controle de deficiências nutricionais e a redução da desnutrição infantil e das doenças e agravos não transmissíveis.

Neste sentido é que foi criado o Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) que é um dos mais antigos programas públicos de suplementação alimentar, destacando-se pela continuidade, dimensão e pelos expressivos investimentos.

Em 1988, com o advento da Constituição Brasileira a alimentação escolar passou a ser um direito garantido dos estudantes do país. O Artigo 208 da Constituição Federal prevê que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento ao educando, no ensino fundamental, a partir de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Para Danelon et al (2006, p. 86):

> Merece destaque o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), presente na totalidade das escolas públicas do país como um serviço ao qual poderiam ser incorporadas estratégias de intervenção, com vistas ao reconhecimento e consolidação de hábitos alimentares saudáveis. Não é possível ignorar, também, a importância de orientar os alunos sobre os alimentos que são comercializados pelas cantinas, frequentemente presentes nas escolas.

O PNAE tem caráter universal e, segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atendeu, em 2004, cerca de 36,4 milhões de alunos da pré-escola e do ensino fundamental da rede pública e filantrópica de ensino, durante os dias letivos, com investimentos na ordem de R$ 1,266 bilhões.

Segundo Danelon et al (2006), o Programa Nacional de Alimentação escolar é um programa que visa atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula; tal ação contribui para o crescimento, o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes, bem como para a formação de bons hábitos alimentares.

Piragine et al (2004) apud Danelon et al (2006, p. 88) aduzem que

> É necessário modificar a concepção de que a alimentação escolar existe apenas para o aluno carente e desnutrido. A merenda escolar deve ser encarada como uma refeição para manter o aluno alimentado enquanto permanecer na escola, independentemente de sua condição socioeconômica, e não como mecanismo para erradicar a desnutrição.

Isto é, não é apenas o estudante de baixa renda que consome a merenda escolar. Essa é uma ação que deve ser disponibilizada a todos, independentemente de classe ou nível social.

Em 1994 ocorreu a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei n. 8913). A descentralização permitiu que a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e responsável pelo PNAE, estabelecesse convênios com estados e municípios para o repasse de recursos financeiros relacionados apenas à aquisição da merenda escolar. Mas este repasse ficou condicionado à criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) em cada estado e município do país, que deveriam fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar e também acompanhar a elaboração dos cardápios (atividade que passou a ser de responsabilidade dos estados e municípios).

Segundo Turpin (2008, p. 5):

> Da mesma forma como ocorreu em vários países do mundo, a alimentação escolar no Brasil, como instrumento de política pública de alimentação e nutrição, originou-se a partir de uma necessidade maior do Estado de solucionar o problema da fome, embora de maneira suplementar e setorial.

Isto é, tornou-se necessário que o Governo se posicionasse em relação à alimentação disponibilizada aos brasileiros. A necessidade de combater a fome induziu o governo a criar mecanismos que pudessem de alguma forma diminuir as deficiências nutricionais. Turpin (2008) destaca a elaboração de diversos planos e programas visando implantar uma política nacional de alimentação e nutrição que sanasse, pelo menos em parte, os problemas na área social e de saúde pública.

Turpin (2008, p. 05) defende ainda que:

> Esse tema não saiu mais da pauta de ações do governo, embora tenha passado por períodos de crise e por problemas de ordens administrativa, financeira e de desvio de recursos. Apesar de todas essas questões, o Programa de Alimentação Escolar indiscutivelmente foi a política pública de suplementação alimentar mais bem sucedida no país, na qual sempre esteve presente o debate sobre a promoção do Desenvolvimento Local. Tomando-se o ano de 1940 como base, verificamos que essa política já completou quase 70 anos, tendo sido aprimorada sucessivamente ao longo desse período.

Desta feita, atualmente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar é considerado o maior programa de suplementação alimentar no Brasil, o que se revela em termos de número de beneficiários e municípios atendidos.

2.5 A REGULAMENTAÇÃO DO PNAE - LEI Nº 11947

A Lei 11947/2009 estabelece o Programa Nacional de Alimentação Escolar e traz como premissas as diretrizes da alimentação escolar. O Art. 1º destaca que entende-se por alimentação escolar todo o alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o ano letivo. O Art. 2º, da referida Lei, destaca as diretrizes a serem consideradas na alimentação escolar, a saber:

> I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional; III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica; IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada; V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

A partir dessas ações podemos compreender que o estudante não estará ingerindo qualquer tipo de alimento, há que haver valor nutricional que garanta

que tal alimentação possa contribuir, de alguma forma, no processo ensino aprendizagem.

A Lei garante ainda que a alimentação escolar é dever do Estado e tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

O Art. 12 da referida Lei diz que:

> Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

A partir desse artigo fica bem claro que a população do campo pode contribuir, e muito para a alimentação distribuída nas escolas, sejam as mesmas da zona rural ou da zona urbana.

Vale destacar que a participação do nutricionista também é preconizada pela Lei, isto é, esse profissional é parte importante desse contexto, haja vista que o mesmo tem o conhecimento necessário para estabelecer a alimentação que pode suprir as necessidades nutricionais dos estudantes brasileiros.

A Resolução nº 38 de 16 de julho de 2009dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Essa Resolução prevê que a alimentação escolar visa fornecer aporte energético e nutricional que possam contribuir para o crescimento biopsicossocial e o pleno exercício das aptidões dos educandos, levando em consideração o processo ensino-aprendizagem durante o período de permanência na instituição educacional.

O Art. 1º da Resolução nº 38 estabelece, ainda, as normas para a execução técnica e administrativa do PNAE e para a transferência de recursos financeiros, em caráter complementar, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades federais, para a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios.

O Art. 2º da referida Resolução destaca os princípios do PNAE, a saber:

> I - o direito humano à alimentação adequada, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos; II - a universalidade do atendimento da alimentação escolar gratuita, a qual consiste na atenção aos alunos matriculados na rede pública de educação básica; III - a equidade, que compreende o direito constitucional à alimentação escolar, com vistas à garantia do acesso ao alimento de forma igualitária; IV - a sustentabilidade e a continuidade, que visam ao acesso regular e permanente à alimentação saudável e adequada; V - o respeito aos hábitos alimentares, considerados como tais, as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local saudáveis; VI - o compartilhamento da responsabilidade pela oferta da alimentação escolar e das ações de educação alimentar e nutricional entre os entes federados, conforme disposto no art. 208 da Constituição Federal; VII - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para garantir a execução do Programa.

Em Art. 13 a Resolução nº 38 destaca as ações de alimentação e nutrição na escola, e define ainda, estratégias para a educação alimentar e nutricional:

> Art. 13. Para fins do Programa Nacional de Alimentação Escolar, será considerada educação alimentar e nutricional o conjunto de ações formativas que objetivam estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo.
>
> § 1º São consideradas, entre outras, estratégias de educação alimentar e nutricional: a oferta da alimentação saudável na escola, a implantação e manutenção de hortas escolares pedagógicas, a inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar, a realização de oficinas culinárias experimentais com os alunos, a formação da comunidade escolar, bem como o desenvolvimento de tecnologias sociais que a beneficiem.
>
> § 2º A fim de promover práticas alimentares saudáveis, deverá ser respeitado o disposto na Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.010, de 8 de maio de 2006.

Vale destacar que a Portaria Interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006 institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar.

A Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013 em seu Art. 13 prevê que para fins do PNAE, será considerada Educação Alimentar e Nutricional - EAN o

conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo.

A Resolução nº 26 esclarece, ainda, sobre as ações do EAN:

> I - promovam a oferta de alimentação adequada e saudável na escola;
> II - promovam a formação de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a alimentação escolar;
> III - articulem as políticas municipais, estaduais, distritais e federais no campo da alimentação escolar;
> IV - dinamizem o currículo das escolas, tendo por eixo temático a alimentação e nutrição;
> V - promovam metodologias inovadoras para o trabalho pedagógico;
> VI - favoreçam os hábitos alimentares regionais e culturais saudáveis;
> VII - estimulem e promovam a utilização de produtos orgânicos e/ou agroecológicos e da sociobiodiversidade;
> VIII - estimulem o desenvolvimento de tecnologias sociais, voltadas para o campo da alimentação escolar; e
> IX - utilizem o alimento como ferramenta pedagógica nas atividades de EAN.

O Parágrafo 2º diz, ainda, que as ações de educação alimentar e nutricional deverão ser planejadas, executadas, avaliadas e documentadas, considerando a faixa etária, as etapas e as modalidades de ensino.

Desta forma é possível perceber que se depender de legislação a merenda escolar será muito bem servida, basta que para isso os responsáveis por essa distribuição utilizem os mecanismos necessários para que a mesma chegue ao destino certo.

2.6 OS CAMINHOS DA MERENDA ESCOLAR

O Decreto 37.106/55, segundo Stefanini (1997) instituiu a Campanha Nacional de Merenda Escolar (CINME). Esse programa ficou sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde. Segundo Stefanini (1997) apud Magno et al (2013, p. 87) destaca as atribuições do órgão em três diretrizes, a saber:

> a) Incentivar, pelos meios técnicos e financeiros disponíveis, os empreendimentos públicos ou particulares destinados a facilitar a alimentação do escolar;

> b) Estudar e adotar providências direcionadas à melhoria do valor nutritivo da merenda escolar e ao barateamento dos produtos; e
> c) Promover medidas para aquisição dos produtos nas fontes ou mediante convênios com entidades internacionais.

Essas diretrizes tinham como um de seus lemas, segundo Stefanini (1997), “resgatar os pobres das trevas da ignorância nutricional”. Sendo assim, as produções de alimentos excedentes do hemisfério norte eram encaminhadas ao Brasil, bem como a outros países em desenvolvimento.

Em 1979, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar passou a ser denominada de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo Chaves (2006, p. 19) autora da Cartilha Políticas de Alimentação Escolar diz que:

> Desde 1998, o PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é uma autarquia do Ministério da Educação (MEC). E tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos estudantes, durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar.

No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sofreu grande evolução em seus mais de 50 anos de vida. Segundo Belik (2009, p. 106):

> No início da década de 1990, o PNAE começou a estruturar-se estabelecendo algumas regras referentes às quantidades a serem fornecidas aos escolares, aos valores nutricionais e ao sistema de compras envolvido no fornecimento. Finalmente, em 1994, adotou-se a descentralização da gestão do programa, promovendo o seu controle por parte da sociedade civil e as compras por meio de sistemas locais de abastecimento.

Em seu estudo Belik e Souza (2009, p. 109) destacam ações que podem ser tomadas pelo Governo, no sentido de melhorar o aporte de alimentos destinados à alimentação escolar:

> Com mais refeições e alimentação de melhor qualidade, as municipalidades necessitariam comprar mais, permitindo, assim, a manutenção de um volume significativo de alimentos a serem adquiridos da agricultura familiar. Outra providência importante poderia ser o incentivo à criação de hortas escolares – administradas por famílias ou cooperativas de produtores – para oferta local. Para tanto, o poder público deveria disponibilizar áreas ociosas em terrenos municipais e áreas contíguas às escolas. Este é um elemento importante para o funcionamento de uma relação direta entre fornecedores e compradores,

> no que se refere à qualidade dos alimentos fornecidos. Ao mesmo tempo, a proximidade das áreas de produção permite o desenvolvimento de atividades escolares tendo a merenda – produção, relações de trabalho, conteúdo nutricional e outros elementos – como ponto de destaque.

Viuniski apud Danelon et al (2006, p. 86) defende que:

> Atualmente a ferramenta mais segura e eficiente para combater distúrbios nutricionais, como a obesidade, é o investimento em medidas de saúde que dependem, por sua vez, dos interesses dos gestores de políticas públicas. Essas medidas incluem mudanças nas propagandas de alimentos e guloseimas destinadas ao público infantil, modificações no teor de gordura e açúcar dos alimentos, estímulo às famílias à prática de atividades físicas e, principalmente, a utilização da escola como local no qual as questões nutricionais possam ser debatidas e transmitidas às crianças.

Isto é, bons hábitos alimentares podem prevenir doenças, proporcionando melhor qualidade de vida. Dando àqueles que procuram comer bem chances de não adquirirem doenças relacionadas com a má alimentação.

Belik e Souza (2009, p. 109) destacam ainda, ações que contribuiriam com o modelo de utilização de fundos para a merenda escolar:

> i) preservar a capacidade de manter as compras da merenda escolar sob o controle do município – ou da escola; e ii) permitir que as compras de alimentos de pequenos produtores cadastrados e desenvolvidos para o fornecimento da merenda escolar possam alcançar valores maiores e mais significativos do ponto de vista comercial.

Para o autor, até 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar atendia 37 milhões de crianças – desde a Pré-Escola até o Ensino Fundamental.

Neste sentido, a Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013 prevê em seu Art. 24 que o total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, será no mínimo 30% (trinta por cento), e deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

É claro, que se forem tomadas as decisões corretas essas ações influenciarão na qualidade dos alimentos que chegam aos pratos dos estudantes brasileiros, destacando a inclusão das famílias na produção dos alimentos que

serão utilizados pela escola, além de fomentar a agricultura do país, aumentaria a renda familiar das famílias cadastradas.

Não são fáceis os caminhos percorridos pela merenda escolar, muitos são aqueles que se beneficiam (benéfica e maleficamente) da comercialização dos produtos utilizados para fazer a merenda escolar, haja vista que essa comercialização quase nunca é feita com o produtor, pelo contrário, pois os produtos mais utilizados na confecção da merenda escolar são os produtos industrializados, que precisam necessariamente de uma terceira figura na comercialização.

É no momento dessa comercialização que muitos aproveitam e conseguem burlar a Lei e em determinadas circunstâncias canalizam as verbas destinadas à compra da merenda escolar para outros objetivos que não o da alimentação dos estudantes brasileiros.

Quantas vezes, por essas ações descabidas, crianças vão dormir com fome, pois a merenda não chegou aonde deveria, sendo assim, a ação do governo deve ser muito mais rígida em relação à punição dessas figuras, haja vista que tais ações muitas vezes deixam sem a devida nutrição, estudantes que precisam dessa alimentação para adquirir o valor nutricional necessário para o seu devido desenvolvimento e crescimento.

2.7 O TRABALHO DESENVOLVIDO PELA MERENDEIRA

Se indagarmos qual é a figura mais conhecida nos ambiente escolares com certeza a merendeira estará no topo dessa lista; dificilmente essa figura não é conhecida e reconhecida na escola, haja vista que as cozinhas escolares são comumente visitadas, por todos aqueles que compõem o cenário escolar.Nesse sentido Nunes (2000, p. 147) afirma que:

> Merendeiras [...] desempenham um papel relevante na educação das crianças que frequentam as escolas, papel que não se limita simplesmente à preparação de alimento [...] percebemos que elas têm sensibilidade para outras questões, outras dimensões da vida, possuem um conhecimento de ordem prática, que deveria ser considerado/reconhecido no processo de formação de comportamentos e atitudes relativos à ética e à convivência social. São conhecimentos do senso comum que, acreditamos, deveriam ter necessariamente interação

> com os componentes curriculares ensinados pelos professores em sala de aula.

Mediante esta assertiva é notório que o trabalho das merendeiras é de suma importância para o contexto escolar, haja vista que do seu trabalho depende o bom andamento da aprendizagem das crianças.

Nesse sentido, Mendes (2013, p. 30) defende que:

> As merendeiras que participam no dia-a-dia das escolas conhecem muito bem os alunos que ali frequentam, sabem do que gostam de comer e do que não gostam, se precisam dar mais atenção para que se alimentem, além de insistirem para que comam determinados alimentos, ou, até mesmo, chamando a atenção de alguns para que comam menos, que evitem deixar sobras no prato, para evitar o desperdício.

Desse modo, temos como afirmar que a alimentação escolar é um fator preponderante para que a escola seja um espaço de cidadania. Para Nunes (2000) é certo afirmar que a merendeira têm também a função de educar, isto é, a contribuição e a influência da merendeira na formação e na socialização.

2.8 AÇÕES PROPOSTAS PARA O BOM DESEMPENHO DAS MERENDEIRAS

A cartilha apresentada pelo Projeto Profuncionário[5] destaca a atuação da merendeira no contexto educacional afirmando que o mesmo exerce um papel fundamental na formação da educação dos estudantes da escola onde atua, haja vista que mesmo mantém contato direto e diário com os mesmos.

Material publicado pelo Governo Estadual do Rio Grande do Sul (2005, p. 09) Caderno Vida defende que:

> A merendeira escolar tem um papel fundamental na qualidade da merenda que será oferecida aos alunos. Além de ser responsável por oferecer refeições bem preparadas e sem riscos para a saúde, a merendeira pode ser capacitada para se tornar uma excelente **educadora alimentar**, junto com os professores da escola. Ao preparar

[5]Profuncionário – Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/12_pol_aliment_escol.pdf. Acesso em: 05/10/2016 às 15h.

> e servir a merenda, essa profissional pode ajudar a orientar os alunos na formação de bons hábitos alimentares.

Mediante a assertiva anterior, tudo indica que o governo reconhece a importância desses profissionais para o contexto escolar, sabendo que a atuação dos mesmos é de muita valia, tanto no desenvolvimento cognitivo, quanto na saúde dos estudantes das escolas do país.

Nesse bojo devemos destacar ações que devem ser desenvolvidas pela merendeira, no sentido de bem realizar o seu trabalho, assim como manter a segurança do local onde desenvolve suas funções. Nesse sentido, a Cartilha do Profuncionário (2006, p. 63) destaca algumas dessas ações que devem ser seguidas pela merendeira escolar a saber:

> • não misturar os alimentos crus com os já cozidos;
> • lavar sempre o utensílio que for ser usado;
> • não utilizar o mesmo utensílio para manusear alimentos diferentes, como por exemplo, carnes e hortaliças, pois um pode contaminar o outro;
> • higienizar as frutas e as hortaliças com solução clorada;
> • não experimentar a comida que você está preparando na sua mão;
> • quando for preparar alimentos que não vão ao fogo e quando for servir o alimento, é necessário que você esteja de máscara e touca (caso não tenha, solicitar urgente a direção da escola);
> • o lixo deve sempre estar tampado;
> • lavar as mãos sempre que mudar de atividade, ou sempre que voltar do banheiro, de fumar, etc.

São ações simples, mas que podem prevenir muitos acontecimentos desagradáveis nos espaços de cocção da alimentação escolar. Além de garantir a segurança tanto das merendeiras, quanto das pessoas que frequentam as cozinhas escolares.

3 PESQUISA: O CAMPO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Este estudo foi realizado partindo-se do método indutivo, onde a partir da aplicação de questionários foi possível formular uma hipótese explicativa para a causa do fenômeno, que é o de saber o papel da merendeira no contexto em duas escolas da zona rural da cidade de Porto Velho/RO. Para Gil (1994); assim

como para Lakatos (1991, 1995) no método indutivo todas as premissas são verdadeiras, isto é, as respostas dadas aos questionamentos são consideradas verdadeiras. Sendo assim, para que a pesquisa fosse levada a termo o instrumento utilizado foi o questionário, que constava de perguntas abertas e fechadas; tais questionários foram aplicados às merendeiras das escolas pesquisadas.

Uma pesquisa pode ser definida quanto aos meios e quanto aos fins conforme define Vergara (2005, p. 46). Quanto aos fins esta foi uma pesquisa qualitativa, haja vista que teve como principal objetivo tornar algo inteligível, justificando os motivos para sua execução (Vergara, 2005, p. 47). Sendo assim, esta pesquisa visou esclarecer o papel da merendeira no contexto escolar de duas escolas da zona rural da cidade de Porto Velho/RO. Quanto aos meios foi uma pesquisa de campo e bibliográfica. De campo porque pode ser caracterizada como uma pesquisa empírica, pois o pesquisador busca dados que contribuam para o relatório final da pesquisa. Foi também, uma pesquisa bibliográfica, em razão do levantamento da literatura referente ao tema.

Segundo Gil (1999) o questionário pode ser definido como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões. As questões que constaram do questionário que foi utilizado na pesquisa foram fechadas, isto é, perguntas que oferecem alternativas ao respondente, bem como questões dependentes, isto é, a resposta subsequente depende da questão anterior, conforme ensina Gil (1999, p. 131). Foram feitas perguntas abertas, e o pesquisado respondeu com suas próprias palavras. Segundo Chaer et al (2011) as perguntas abertas são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante, onde o mesmo poderá utilizar linguagem própria. A vantagem dessas perguntas é que as mesmas não influenciam nas respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador, pois o informante escreverá aquilo que lhe vier à mente.

Cabe ressaltar que esta pesquisa levou em conta o que preconiza Bogdan (1994) em sua obra Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos; esse autor diz que a investigação qualitativa apresenta cinco características onde: 1) o investigador é o agente que recolhe os dados; 2) os dados que o investigador recolhe são de caráter descritivo; 3) as metodologias

qualitativas interessam-se mais pelo processo do que pelos dados; 4) a análise é feita de forma indutiva, e, 5) o investigador tenta compreender os significados que os participantes atribuem às suas experiências. Sendo assim, esta pesquisa enquadra-se nas descrições feitas pelo autor, pois o que importou foi o processo pelo qual foram adquiridas as respostas, pois foram essas respostas que possibilitaram a construção do relatório da pesquisa, no intuito de compreender os significados dados à experiência das merendeiras que participaram desta pesquisa.

Com os resultados obtidos através do questionário, foi construído o relatório da pesquisa, com a finalidade de demonstrar o cenário de atuação da merendeira escolar da zona rural de Porto Velho/RO. Também foi investigado o contexto de formação da merendeira escolar em duas escolas da zona rural do município de Porto Velho/RO, assim como foram investigadas possíveis políticas públicas voltadas para a profissão das merendeiras. Foi ainda, investigado os problemas enfrentados no campo de atuação profissional da merendeira. Vale ressaltar que foram analisadas todas as perguntas à luz da teoria levantada durante a pesquisa bibliográfica.

A presente pesquisa foi realizada em duas escolas localizadas na zona rural do município de Porto Velho; os dados constantes na pesquisa foram analisados mediante o aspecto qualitativo, e foram analisadas as respostas dadas às perguntas abertas. Todas as perguntas foram analisadas à luz da teoria levantada no referencial teórico, baseado em estudos e pesquisas já realizados.

Vale ressaltar que responderam aos questionários duas merendeiras de cada escola pesquisada. O fator de exclusão da pesquisa ficou a cargo da recusa do profissional em responder ao questionário, assim como o profissional que não estava presente no dia da aplicação do questionário.

A análise da pesquisa foi realizada a partir das respostas dadas às perguntas constantes no questionário apresentado às merendeiras das duas escolas rurais do município de Porto Velho. Os temas foram agrupados em três eixos: a) A merendeira em seu contexto de atuação profissional: identidade e gosto pelo trabalho na escola rural; b) A merendeira escolar no contexto político: o pensar, o decidir e o fazer; c) A merendeira escolar no trabalho: saúde, doença e problemas relacionados com a profissão. A partir desta divisão é que foi

construído o relatório da pesquisa, no sentido de apresentar os dados, assim como analisar as respostas dadas às perguntas constantes no questionário.

3.1 A MERENDEIRA EM SEU CONTEXTO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O eixo a merendeira em seu contexto de atuação profissional agrega os seguintes temas: 1) faixa etária das merendeiras pesquisadas; 2) tempo de trabalho das merendeiras pesquisadas; 3) gosto pela profissão; 4) importância da profissão; 5) educadora sim, tia não; 6) escolaridade. Este item destaca o contexto de atuação da merendeira, assim como faz um aporte com pesquisas e estudos já realizados a partir do referencial teórico levantado pela pesquisa. Vale ressaltar que algumas vezes a pesquisa converge, e algumas vezes diverge de estudos já realizados.

1) A **faixa etária** das merendeiras pesquisadas varia entre 27 e 52 anos. Podemos então perceber que a profissão de merendeira ainda está sendo procurada pelas pessoas mais jovens, mas que a maioria pode ser considera de idade madura, isso talvez aconteça pelo fato de que a profissão de merendeira é uma profissão ligada ao governo, e, atualmente muita pessoas almejam a estabilidade do serviço público. Nesse sentido, a pesquisa realizada por Sousa, Amóra e Siqueira (2012) evidencia que as merendeiras participantes dessa pesquisa têm idade entre 30 e 50 anos. Já em nossa pesquisa as merendeiras apresentam idade entre 27 e 52 anos, isto é, não há divergência de idade entre as pesquisas realizadas em lugares distintos do país.

2) Em relação ao **tempo de trabalho** as merendeiras pesquisadas atuam entre seis e dez anos, nesse sentido Bertin (2009) afirma que as merendeiras não abandonam o emprego, fato demonstrado pelo longo tempo de trabalho na instituição, e que é significativa a conjuntura econômica e social do País, marcada pela situação de desemprego. Isto é, as mesmas podem ser consideradas veteranas em sua atuação na cocção da merenda escolar, onde a profissão que escolheram possa lhes ter dado, talvez, o suficiente para que as mesmas tenham tido o incentivo de buscarem outros meios para angariarem seu sustento, bem como os de suas famílias, trazendo estabilidade e segurança.

3) As merendeiras responderam que **gostam da sua profissão**, isto é, as mesmas conseguem perceber que a profissão de merendeira lhes outorgou autonomia social, haja vista as mesmas terem conseguido adentrar o serviço público, além de que há ainda o prazer de poder alimentar crianças, que muitas vezes, não tem a mesma qualidade nutriente em casa, haja vista a localização onde as merendeiras pesquisadas atuam. Nesse sentido, Oliveira (2013) afirma que o papel desempenhado pela merendeira é uma maneira de incentivar os alunos a terem hábitos alimentares saudáveis e conscientes, que refletirão na sua saúde futura.

Isto é, todo e qualquer profissional precisa gostar daquilo que faz, para que o faça bem, posto que o trabalho é um dos fatores que dá ao homem o direito à dignidade, muito embora às vezes traga cansaço e fadiga. No caso da merendeira, a mesma é parte direta da educação dos estudantes, pois participa do dia a dia dos mesmos, e sem dúvida faz diferença na vida escolar desses.

4) As merendeiras pesquisadas declaram na pesquisa que sua **profissão é importante**, isto é, as mesmas conseguem visualizar a importância da sua profissão para o contexto escolar, onde a ação de educar não está apenas em sala de aula, mas em todos os outros segmentos que compõem a escola. Conforme preconiza Nunes (2000) afirmando que merendeiras desempenham um papel relevante na educação das crianças que frequentam as escolas, papel esse que não se limita simplesmente à preparação de alimento. Isto está evidenciado nas respostas dadas pelas merendeiras pesquisadas, que sua participação em relação à educação é sim importante.

Vale ressaltar que essa questão responde ao objetivo que buscou identificar se a merendeira sabe da sua importância no contexto educacional, haja vista o trabalho que desenvolve, participando diretamente da educação dos educandos.

5) Por estarem inseridas no ambiente escolar as merendeiras pesquisadas **sentem-se educadoras**, haja vista que no refeitório as merendeiras participam da aprendizagem dos educandos, a partir do momento em que os orientam a portar-se bem à mesa, assim como não desperdiçar alimentos. Vale destacar que a educação é um processo multidisciplinar e transversal. Nesse sentido, Carvalho et al (2008) diz que as merendeiras desenvolvem uma forte relação de afeto com as

crianças, desempenhando um papel de cuidadora que extrapola uma função específica de preparo e distribuição de alimentos: Isto é, ser educador está além de ensinar números e letras, na verdade abrange contextos que vão além das salas de aula, são ações que irão delinear, muitas vezes, o comportamento futuro daqueles que frequentam os refeitórios das escolas.

O papel da merendeira é tão importante quanto o de qualquer um outro profissional que atua nas escolas, pois sua ação repercute diretamente no processo ensino-aprendizagem, haja vista que ao adentrar o refeitório o educando não vai apenas comer: aprende a se comportar à mesa, a utilizar talheres, a respeitar o espaço dos outros, a não desperdiçar alimentos, além de tanto outros aprendizados que permeiam o refeitório.

6) As merendeiras têm investido na sua formação profissional, buscando novos perfis de atuação, assim como novos campos de trabalho. Isto é, para as merendeiras a **escolaridade** é muito importante na vida de qualquer um profissional. Nesse sentido nossa pesquisa vai de encontro à pesquisa de Bertin et al, (2009) ao afirmar que especialmente no Brasil, os manipuladores de alimentos, em geral, são oriundos dos estratos socioeconômicos menos privilegiados. Diverge também da assertiva de Carvalho et al (2008) que diz que o trabalho dessas profissionais é socialmente desvalorizado, por não exigir alto nível de escolaridade e qualificação.

Em sua maioria, elas são formadas por mulheres com baixo nível de escolaridade, em precária situação social e exercendo, em muitos casos, o papel de chefe de família.Talvez, as merendeiras que responderam à nossa pesquisa tenham estado nesses estratos socioeconômicos menos privilegiados, porém, têm buscado formação no sentido de tronarem-se profissionais com formação superior, onde a minoria não está buscando essa formação, portanto, percebe-se mudança nas ações das merendeiras pesquisadas em relação à escolaridade.

3.2 A MERENDEIRA ESCOLAR NO CONTEXTO POLÍTICO: O PENSAR, O DECIDIR E O FAZER

O eixo a merendeira escolar no contexto político destaca o que pensam as merendeiras sobre sua profissão, assim como se as mesmas participam das decisões sobre a merenda e se conhecem políticas públicas relacionadas à sua profissão. Este item ficou assim dividido: 1) conhecimento de políticas públicas relacionadas à profissão; 2) decisões sobre a merenda; 3) ações governamentais que poderiam melhorar o trabalho da merendeira. São eixos que permeiam a participação da merendeira no contexto administrativo dos espaços educativos.

1) Em relação ao **conhecimento de políticas públicas** relacionadas à profissão as merendeiras afirmam que não conhecem nenhuma política pública voltada à sua profissão. Nesse sentido, o que vemos são políticas públicas voltadas apenas para a merenda, e não para a figura da merendeira, porém segundo Nunes (2000) a educação permeia os múltiplos espaços da escola e ultrapassa seus muros. Vários atores participam do processo educativo; cabe reconhecê-los, valorizá-los, recuperá-los para que, de alguma forma, isso seja canalizado para a educação, já que, afinal, esse é o objetivo fundamental da escola.

Isto é, é preciso investir em políticas públicas que contemplem a merendeira, tanto em relação às políticas de formação, assim como em relação às políticas de saúde, e ainda em relação às políticas de valorização salarial.

2) As **decisões sobre a merenda** duas merendeiras responderam que não participam das decisões sobre a merenda; duas responderam que participam da elaboração do cardápio da merenda escolar. Nesse sentido, Carvalho et al (2008) diz que o processo de decisão na escolha dos cardápios é realizado por diferentes profissionais do cenário escolar, e que a participação das merendeiras na escolha dos alimentos oferecidos se dá sob a forma de uma consulta, seja em função da sua percepção acerca das preferências dos alunos.

Isto é, a participação da merendeira nas decisões sobre a merenda é muito importante, haja vista o conhecimento que adquire ao longo de sua carreira, podendo tornar-se um profissional seguro nas ações que desenvolverá nas cozinhas e refeitórios das escolas por onde passar.

3) Em relações às **ações governamentais que poderiam melhorar o trabalho da merendeira** as merendeiras elencaram as ações descritas no quadro abaixo:

EMEIF JOÃO AFRO VIEIRA	**EMEIF ERMELINDO MONTEIRO BRASIL**
Treinamento – 1 Aperfeiçoamento – 2 Melhoria Salarial – 1 Saúde – 1	Cursos – 2 Melhoria salarial – 2 Políticas Públicas – 2

Quadro 1 – Trabalho da merendeira.
Fonte: Rocha, 2016.[6]

Pode-se perceber a necessidade das merendeiras em participar de ações que possam melhorar sua atuação, haja vista que os itens mais elencados são cursos, treinamento e aperfeiçoamento; porém, o destaque está na melhoria salarial, para que possam desenvolver seu trabalho com conhecimento, aliado à valorização salarial seria muito vantajoso. Nesse sentido, Carvalho et al (2008) afirma que a função de merendeira requer treinamento específico e continuado em virtude da responsabilidade de lidar com a alimentação de crianças no âmbito escolar, que é um espaço privilegiado de atividades pedagógicas. Já para Costa, Lima, Ribeiro (2002) a formação de uma trabalhadora crítica não se daria por meio de simples mudanças no conteúdo dos cursos de treinamento, mas pela possibilidade de desenvolver sua autonomia como sujeito consciente e competente para desempenhar o seu papel como cidadã no ambiente da escola.

Isto é, investir na formação das merendeiras lhes daria muito mais visibilidade, pois um profissional valorizado realiza seu trabalho com mais dedicação e afinco. É fato que a participação das merendeiras nas questões relacionadas à merenda valorizaria muito a sua profissão, assim como daria à profissional a oportunidade de realizar seu trabalho com mais satisfação. Vale destacar também que política pública voltadas para a profissão da merendeira lhe traria muito mais segurança no momento de desempenhar o seu trabalho. São

[6] Os dados da pesquisa foram coletados e sistematizados pro mim Maria Suelane Matos da Rocha.

ações simples, que não requer muitos estudos, basta boa vontade dos governantes e da classe política, haja vista que a merendeira participa da vida de milhões de estudantes brasileiros.

3.3 A MERENDEIRA ESCOLAR NO TRABALHO: SAÚDE, DOENÇA E PROBLEMAS RELACIONADOS COM A PROFISSÃO

Este eixo apresenta a merendeira escolar no seu ambiente de trabalho, abordando sua saúde, assim como doenças e problemas relacionados à sua profissão. Este item está assim dividido: 1) insalubridade no ambiente de trabalho da merendeira; 2) escolha de outra profissão; 3) melhorias no ambiente de trabalho; 4) saúde da merendeira; 5) colega afastado por doença; 6) valorização do trabalho; 7) desafios ou problemas relacionados à profissão de merendeira; 8) vantagens da profissão de merendeira. Os itens foram analisados à luz do referencial teórico.

1) Em relação à **insalubridade no ambiente de trabalho da merendeira** as merendeiras opinaram dizendo ser insalubre a profissão de merendeira, pois as mesmas trabalham com a manipulação de produtos de limpeza; troca de botijões de gás; manuseio de facas; manuseio de panelas de pressão; contato com ambientes quentes e em seguida com ambientes frios; tais aspectos tornam a profissão da merendeira insalubre. Há ainda um fator preponderante que torna a profissão insalubre a falta de investimento em aparelhamento que possa minorar os riscos pelos quais passam as merendeiras.

Nesse sentido, Nunes (2000) afirma que a pressão e o desgaste físico decorrentes do desenvolvimento de atividades demarcadas pelo tempo fazem com que as merendeiras desempenhem várias tarefas ao mesmo tempo, gerando, muitas vezes, ansiedade, insatisfação, desgaste e doenças.

Isto é, percebe-se que o ambiente é propício não apenas à insalubridade, mas ao desenvolvimento de mazelas que minoram a saúde das merendeiras.

2) Algumas das merendeiras pesquisadas já fizeram a **escolha de outra profissão,** isto é,estão em busca de outros campos profissionais, tendo em vista que buscam formação acadêmica em nível de ensino superior, adentrando novos

campos de conhecimento. Leite et al (2011) afirma que nesse cenário, cabe salientar a necessidade de programas de formação para as merendeiras, uma vez que são profissionais de educação e contribuem no ambiente escolar para o processo educativo das crianças e dos adolescentes e, por isso, não deveriam possuir baixa escolaridade.

Neste sentido, as merendeiras constantes desta pesquisa estão na contramão do estudo apresentado por Leite (2011), pois estão em curso de formação superior, no sentido da busca pelo conhecimento, e consequentemente pela ascensão profissional.

3) Várias são as características elencadas para **melhorias no ambiente de trabalho** da merendeira, a saber:

EMEIF JOÃO AFRO VIEIRA	**EMEIF ERMELINDO MONTEIRO BRASIL**
► colaboração de outros funcionários com a educação alimentar; ► valorização; ► aparelhamento; ► criação de "*sefservice*"[7] nas escolas; ► melhorias dos espaços onde são feitas as refeições para a merenda escolar.	► contratação de mais pessoal para o setor de alimentação.

Quadro 2 – Ambiente de trabalho.

Fonte: Rocha, 2016.

Podemos perceber que muitas são as ações elencadas para que a merendeira tenha o seu trabalho melhorado, haja vista, que quase sempre apenas uma pessoa é a responsável pela cocção de alimentos nas escolas, então a contratação de pessoal para fazer a merenda melhoraria muito o trabalho desgastante e fatigante das merendeiras. A colaboração de outros funcionários da escola seria de grande valia, pois muitas vezes só a merendeira não dá conta do trabalho, tendo em vista o quantitativo de estudantes para serem atendidos. A valorização passa por inúmeros caminhos desde o reconhecimento do trabalho

[7] Self-Service: palavra oriunda da língua inglesa que significa autosserviço; servir-se a si mesmo. Usada para designar ação de servir alimentos a si mesmo. OLINTO, Antônio. Novo Dicionário Inglês/Português – Português/Inglês. Difusão Cultural do Livro, São Paulo: 2005.

desenvolvido pela merendeira, até a valorização salarial. O aparelhamento, assim como a adaptação das cozinhas para a cocção dos alimentos mostra-se de extrema necessidade. Para Carvalho (2008) o trabalho das merendeiras, ao longo da história do PNAE, vem sofrendo transformações, tornando-se cada vez mais complexo, passando da confecção de uma refeição com produtos industrializados e biscoitos para a oferta de uma refeição completa composta por produtos *in natura*. Já para Nunes (2000) a pressão e o desgaste físico decorrentes do desenvolvimento de atividades demarcadas pelo tempo fazem com que as merendeiras desempenhem várias tarefas ao mesmo tempo, gerando, muitas vezes, ansiedade, insatisfação, desgaste e doenças.

Sendo assim, as ações elencadas pelas merendeiras pesquisadas são bastante pertinentes e vão ao encontro dos estudos, ora, apresentados. Isto é, torna-se imperioso promover políticas públicas que contemplem a profissional que faz a merenda escolar, bem como aqueles que trabalham com cocção alimentos.

4) Em relação à **saúde da merendeira** as mesmas mencionaram sintomas que podem (ou não) terem sido adquiridos através da profissão de merendeira, porém não se pode negar que a profissão pode até não ter causado o male, mas é verdade também que o mesmo pode ser agravado pela manipulação de panelas muito pesadas, assim como várias outras ações que são realizadas nas cozinhas escolares.

Para Nunes (2000) quando a organização do trabalho é fonte de exigências rígidas e estáveis, às quais estão expostos os trabalhadores, inviabiliza a construção de defesas e deixa aos trabalhadores a alternativa única de adaptar-se ao trabalho, que passa a ser apenas fonte de pressões patogênicas e meio de sobrevivência. Isto é, a saúde é um fator que pode tornar o ambiente de trabalho desagradável, levando o servidor a não bem desempenhar suas funções.

5) Quanto a **colega de trabalho afastado por doença** as merendeiras responderam que sim, que conhecem algum colega afastado por doença adquirida no trabalho, porém apenas 25% das merendeiras justificaram que o colega afastado está com desgaste nas mãos, e se encontra readaptada para a portaria da escola. Nesse sentido, Nunes (2000) destaca que o desgaste do trabalhador dá-se no interior dinâmico e global do processo de trabalho e resulta

dos processos adaptativos que ocorrem no trabalhador, definindo-se como perda da capacidade efetiva e/ou potencial biopsíquica.

Sendo assim, é válido afirmar que quando o trabalhador tem sua saúde afetada pela doença, não é apenas um processo biológico, mas atinge também o processo psíquico do trabalhador.

6) As merendeiras afirmaram que não têm o seu **trabalho valorizado** pela escola. Nesse sentido, em sua pesquisa Bertin et al (2009) alerta que algumas merendeiras se sentiam cansadas fisicamente, enquanto outras diziam que se cansavam devido às cobranças, à desvalorização de seu trabalho e à tensão em que se veem envolvidas. Isto se deve a múltiplos fatores, como: esforço físico, ruídos excessivos, temperatura ambiente elevada, falta de materiais, além do acúmulo de jornadas de trabalho, necessário para a cobertura de folgas e férias e horas extras, o que agrava ainda mais a situação.

Vale ressaltar que esta questão atende ao objetivo que buscou pesquisar se a merendeira sente-se valorizada pela profissão que exerce, conforme o exposto, as mesmas entendem que não, que não são valorizadas pelos trabalhos que desenvolvem. Sendo assim, o que se vê são trabalhadoras que acham que seu trabalho não é valorizado, e por conseguinte sentem-se excluídas do processo de interação entre os atores que formam o cenário escolar.

7) Nesta questão as merendeiras elencaram os **desafios e/ou problemas relacionados à sua profissão.** Os dados coletados foram os seguintes:

EMEIF JOÃO AFRO VIEIRA	**EMEIF ERMELINDO MONTEIRO BRASIL**
► diversidade nas funções: manipulação de alimento; limpeza do ambiente onde trabalha; empacotador; organizador de prateleiras; noções de nutrição e etiqueta; conhecer o perfil dos estudantes; manuseio de artefatos que causam riscos; ► falta de pessoal para fazer a merenda caso a merendeira falte.	► trabalhar com temperatura elevada, manipulando grandes quantidades de alimento; ► Falta de pessoal para compor o setor de alimentação na escola

Quadro 3 – Desafios e problemas.

Fonte: Rocha, 2016.

Nesta questão percebe-se que o problema das duas escolas pesquisadas são semelhantes, isto é, as atribuições destinadas às merendeiras são exaustivas e podem trazer problemas ou desafios em relação ao seu trabalho. Há ainda, o manuseio de produtos que podem acarretar algum tipo de problema para as merendeiras. Em pesquisa realizada por Souza et al (2003) foram apresentadas ilustrações de robôs, mulheres carregando a escola nas costas e mulheres com vários braços fazendo “mil coisas”, em virtude das suas atribuições estarem relacionadas não só com o preparo de refeições, mas também com a limpeza do refeitório.

Sendo assim, percebe-se que os problemas e desafios das merendeiras são muito semelhantes em quase todos os ambientes onde se manipula alimentos, tornando, dessa forma um local não muito aprazível para desenvolver o seu trabalho.

8) Para as merendeiras pesquisadas as **vantagens** de exercer esta profissão é que as mesmas estão ligadas ao serviço público, isto é, há a vantagem da estabilidade funcional de ser servidor; há ainda a vantagem de participar de um ambiente de aprendizado, onde o conhecimento é o cerne das ações que acontecem nos espaços escolares. Porém, a grande vantagem está em poder participar da educação dos estudantes, no sentido de que a merendeira é uma das figuras mais querida da escola, haja vista que o alimento é uma necessidade básica do homem, e nada há de mais satisfatório do que ser alimentado quando se está com fome. Em relação a este assunto Sousa (2012) diz que o ato de cozinhar é uma atividade que lhes proporciona prazer, já que elas gostam de cozinhar e gostam ainda mais de cozinhar para as crianças, principalmente considerando as características das crianças atendidas que são aquelas provenientes de comunidades e bairros carentes. Isto é, o prazer em cozinhar para os estudantes é uma característica presente em quase todos os refeitórios escolares do País.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos com a pesquisa nos mostram que a profissão de merendeira adquiriu novos formatos, pois há muito pouco tempo atrás as mesmas não eram consideradas educadoras, haja vista que em pesquisas anteriores a esta, a merendeira era uma figura que possuía baixa escolaridade, não participativa de nenhum tipo de decisão referentes à merenda escolar; era vista como alguém incapaz de ascender profissionalmente, pois se conformavam com a sua condição de subalterna. Mediante esta pesquisa, a merendeira tem buscado enfrentar com força, garra e determinação todos os seus medos, assim como os obstáculos; longe vai o tempo em que se conformavam apenas em preparar e distribuir a merenda de cada dia; na verdade elas estão se politizando e buscando formação acadêmica no sentido de mudarem não apenas de profissão, mas de se consolidarem como profissionais, pois se são capazes de enfrentar um ambiente onde o trabalho é exaustivo e fatigante, com certeza terão capacidade de adentrar outros ambientes que lhes dê a visibilidade que merecem. Na verdade a merendeira deixou de ser apenas a “tia” da merenda, para se tornar tão educadora quanto todos os outros que compõem o contexto educacional.

É fato que as políticas públicas referentes à profissão de merendeira precisam ser implementadas, no sentido de valorizar esta profissão tão necessária nos espaços educativos. A falta de políticas públicas que beneficiem não apenas merendeiras, mas todos os trabalhadores em educação, são fatores ligados principalmente a problemas de gestão, encontrados no poder público municipal, estadual e federal, que não oferecem subsídios para a implantação da legislação em segurança alimentar no país.

Tem ainda, o fator saúde, que também deve ser levado em conta, haja vista os muitos males que minoram a saúde das merendeiras; e é sim possível investir nesse setor, pois um servidor doente não consegue desenvolver bem o seu trabalho. É preciso que todos aqueles que compõem o cenário escolar percebam, que não apenas a merendeira, mas todos, devem ser vistos como educadores, pois de alguma forma participam da educação dos estudantes, desde a figura da portaria até àqueles que fazem parte da vigilância das escolas.

Sendo assim, é possível afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois o que importa é que as merendeiras que participaram da pesquisa responderam às questões embasando-as com teorias que devem ser levadas em consideração, pois já não são apenas merendeiras reclamando, pelo contrário são profissionais expondo os males advindos de sua profissão, porém sem deixar de apreciar as “coisas boas” que as cercam, é o caso da convivência com quem irá determinar o futuro do pais e do planeta, que são as crianças. Os resultados apareceram e trouxeram novas nuances para a profissão de merendeira, e o referencial teórico utilizado na pesquisa embasou-a, ora divergindo, ora convergindo com os dados levantados pela pesquisa. Então, este estudo encontra justificativa a medida em que expõe as necessidades prementes das merendeiras que responderam à pesquisa.

Nesta pesquisa percorremos espaços que nos intrigaram por muitos anos de nossa vida profissional; o Curso de Pedagogia nos deu a dimensão do intrincado papel que a educação exerce na vida do ser humano, não apenas pelo relevante papel de educar, mas principalmente por compreendermos que todos os atores que formam o cenário educacional são imporantes, e que mesmo a simples e cativante merendeira pode fazer a diferença nos espaços escolares. Essa inquietação nos motivou e nos motiva a prosseguirmos, mesmo sabendo que o caminho é árduo. E que ainda temos muito a percorrer. É, preciso, portanto que o trabalho da merendeira seja reconhecido e tenha o merecido respeito e a devida consideração que merece.

Esperamos que esta pesquisa não seja apenas mais uma para as prateleiras das bibliotecas, mas que sirva como fonte de utilização e incentivo para novos pesquisadores, assim como sirva de voz para aquelas que preparam os mais variados sabores de merenda pelo país afora, muitas vezes levando de sua casa o tempero que fará a diferença no gosto da merenda oferecida às crianças. Para essas os nossos mais profundos agradecimentos e o nosso respeito advindo de uma profissão, ainda, tão pouco valorizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELIK Walter. **Políticas públicas, pobreza rural e segurança alimentar.** *In*: Pochmann M, Fagnani E. Série debates contemporâneos, economia social e do trabalho n.1. São Paulo: LTr; 2007.

BELIK, Walter. SOUZA, Luciana Rosa de. **Algumas Reflexões sobre os Programas de Alimentação Escolar na América Latina.** Rev. Planejamento e Políticas Públicas, nº 33 – jul/dez – 2009.

BERTIN Cilce Helena F. Preza et al. **O trabalho sob a ótica das manipuladoras de alimentos de uma unidade hospitalar**. Rev Nutr. 2009; 22(5): 643-652. Disponível em:<http://www.scielo.br> Acesso em 22/11/2016 às 20h.

BOF, Alvara Maria et al. **A educação no Brasil rural.** Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira. 2006.

BOGDAN, Robert C. BIKLEN, Sari Knopp. I**nvestigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Editora. Portugal: 1994. Tradução: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos, Telmo Mourinho Baptista.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição República Federativa do Brasil:** art. 208 inciso VII: alimentação escolar como dever do estado. Brasília: Senado Federal; 1988.

_____ **. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 14/04/2016 às 23h.

_____ . Poder Legislativo. **Lei nº 8913, de 12 julho de 1994.** Dispõe sobre a descentralização da merenda escolar. Diário Oficial da União. 1994 13 jul; 132(1):30. http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 14/04/2016 às 23h.

_____ . Ministério Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução FNDE/ CD/nº032, de 10 de agosto de 2006.**https://www.fnde.gov.br/fndelegis. Acesso em: 17/042016.

_____ . Ministério Saúde. Ministério da Educação**.**Gabinete do Ministro. **Portaria Interministerial nº 1.010**de 08 de maio de 2006. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis. Acesso em: 17/042016.

_____. SECAD/MEC. **Educação do Campo: Diferenças Mudando Paradigmas.** Org.: Ricardo Henriques et al. Brasília: 2007. Disponível em: red-ler.org/educação campo.pdf.Acesso em: 03/12/2016.

_____ . Ministério Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução FNDE/ CD/nº038, de 16 de julho de 2009.**https://www.fnde.gov.br/fndelegis. Acesso em: 17/042016.

_____ . Ministério Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução FNDE/ CD/nº 26 de 17 de junho de 2013.**https://www.fnde.gov.br/fndelegis. Acesso em: 17/04/2016 às 18h.

CHAER, Galdino. DINIZ, Rafael Rosa Pereira. RIBEIRO, Elisa Antônia. **A Técnica do Questionário na Pesquisa Educacional.** Evidência, Araxá: v. 07, n. 07, 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br. Acesso em: 05/10/2016 às 16h.

CHAVES, Lorena Gonçalves. BRITO, Rafaela Ribeiro de. **Políticas de Alimentação Escolar.** Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br. Acesso em 16/04/2016 às 19h.

CONCEIÇÃO, S. I. O.SANTOS C. J. N.SILVA A. A. M.SILVA J. S.OLIVEIRA T. C. **Consumo alimentar de escolares das redes pública e privada de ensino em São Luís, Maranhão.**Rev Nutr. 2010;23(6): 993–1004. In: ISSA, Rachel Carvalho et al. **Alimentação escolar: planejamento, produção, distribuição e adequação.** Rev. Panam Salud Publica 35(2), 2014. Disponível em: www.scielosp.org. Acesso em: 17/04/17 às 17h.

COSTA, Ester de Q. RIBEIRO, Victoria.M.B. RIBEIRO, Eliana C. de O. **Programa de Alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento.** Revista Nutrição, Campinas: 225-229, set/dez., 2001. Disponível em: http://www.scielo.br. Acesso em: 22/11/2016 às 21h.

DANELON, Maria Angélica Schievano. DANELON, Mariana Schievano. SILVA, Marina Vieira**. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas.** Rev.Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 13(1): 85-94, 2006. Disponível em: http://www.unicamp.br/nepa/publicacoes. Acesso em 17/04/2016 às 17h.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade.**Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas,1991.

_____**Introdução à Metodologia do Trabalho Científico:**elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 1995.

LEITE, Catarina Lima et al. **Formação para merendeiras: uma proposta metodológica aplicada em escolas estaduais atendidas pelo programa**

nacional de alimentação escolar, em Salvador, Bahia. Rev. Nutri. 2011, 24(2): 275-285.Disponível em: http://www.scielo.br. Acesso em: 22/11/2016 às 23h.

MAGNO, M. S. O.; CYRILLO, D. C.; SARTI, F. M. **Evolução da alimentação escolar no município de São Paulo-SP**. Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.= J. Brazilian Soc. Food Nutr., São Paulo, SP, v. 38, n. 1, p. 83-96, abr. 2013. Disponível em: http://files.bvs.br. Acesso em: 16/04/2016 às 16h.

MIRON, Viviane Ribas et al. **Profissão merendeira: perfil profissional e condições socioeconômicas.** Disciplinar um Scientia. Série: Ciências da Saúde, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 87-95, 2009.

NUNES, Bernadete de Oliveira. **O Sentido do Trabalho para Merendeiras e Serventes em Situação de Readaptação nas Escolas Públicas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2000. Disponível em: http://portalteses.icict.fiocruz.br. Acesso em: 06/06/2016 às 20h.

OLINTO, Antonio. **Novo Dicionário Inglês/Português – Português/Inglês**. Difusão Cultural do Livro, São Paulo: 2005.

OLIVEIRA, Suelen Mendes de Bonfim. **Cheiro de Comida da Escola: a merenda e a merendeira na educação. Universidade Estadual de Maringá**. Maringá: 2013. Disponível em: http://www.dfe.uem.br. Acesso em: 02/10/2016 às 18h.

RIO GRANDE DO SUL. **Educação Nutricional: Por quê?** Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/merenda_educacao_alimentar.pdf. Acesso em 05/10/2016 às 15h.

SOUSA, Ana Maria Fernandes de. AMÓRA, Sthenia Santos Albano. SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto. **Percepção das merendeiras sobre boas práticas de manipulação de alimentos em unidades de educação infantil. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades.** Rio de Janeiro: PPGSD-UFF, 03 a 06 de set. 2012. Disponível em: http://www.aninter.com.br. Acesso em: 23/11/2016 às 11h.

SOUZA K. R et al.**O desenvolvimento compartilhado de impressos como estratégia de educação em saúde junto a trabalhadores de escolas da rede pública do estado do Rio de Janeiro.** Cad. Saúde Pública. 2003; 19(2): 495-504.Disponível em: http://www.scielo.br. Acesso em: 22/11/2016 às 23h.

STEFANINI, M. L. R. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**.Tese de Doutorado. São Paulo, 1997.

STURION, Gilmar. **Programa de alimentação escolar: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros** [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2002.

TURPIN Maria Elena. **A Alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia da segurança alimentar [**dissertação]. Universidade Estadual de Campinas; 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2009.

MAPAS

www.google.com.br.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO PARA MERENDEIRAS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
TITULO DO TRABLHO: A merendeira no contexto escolar na zona rural do município de Porto Velho/Ro.
NOME DO ACADÊMICO: Maria Suelane Matos da Rocha
ORIENTADOR: Dr.: Josemir Almeida Barros.
OBJETIVO: Analisar as respostas das merendeiras para contribuir para o referido trabalho de conclusão de curso.

1) Qual o seu nome e sua idade?

---

2) Há quanto tempo você é merendeira?

( ) menos de 01 ano;

( ) de 01 a 05 anos;

( ) de 06 a 10 anos;

( ) mais de 10 anos.

3) Você gosta de sua profissão?

( ) sim ( ) não

Por que?

---

4) Você considera sua profissão importante?

( ) sim ( ) não

Por que?

---

5) Você se considera educador(a)?

( ) sim ( ) não

Por que?

---

6) Qual o seu grau de escolaridade?

---

7) Você conhece alguma política pública voltadas para a sua profissão?

( ) sim ( ) não

Se sim, qual?

---

8) Você participa das decisões sobre a merenda escolar em sua escola?

( ) sim ( ) não

Se sim, qual? Cite quantas você desejar.

---

9) Que ações governamentais poderiam melhorar o seu trabalho. Escolha apenas três alternativas:

( ) treinamentos

( ) cursos

( ) aperfeiçoamento

( ) melhoria no aparelhamento do local de trabalho

( ) melhoria salarial

( ) saúde

( ) segurança

( ) políticas públicas voltadas para merenda

( ) gestão democrática na escola

10) Você considera sua profissão insalubre?

( ) sim ( ) não

Se sim, Por que?

_____

_____

11) Você gostaria de ter outra profissão? Se sim qual?

_____

_____

12) Cite ações que na sua opinião poderiam melhorar o seu trabalho. (cite quantas você achar necessário).

---

13) Você tem algum problemas de saúde devido ao trabalho que você executa? Se sim, qual?

---

14) Você conhece alguma merendeira que estáafastada ouem readaptada- fora da cozinha por problemas de saúde?

---

15) Em seu ponto de vista a escola valoriza suas atividades na condição de merendeira?

( ) sim ( ) não

Se sim, Por que?

_____

_____

16) Quais os maiores desafios e/ou os problemas de ser merendeira?

_____

_____

17) Quais as vantagens de ser merendeira?

_____

_____

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA:

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Ilmo Sr.

Apresentamos por meio deste a orientanda e pesquisadora **Maria Suelane Matos da Rocha**, acadêmica do curso de Pedagogia DED/UNIR que desenvolve pesquisa científica sobre a temática **Educação Rural: merenda escolar** no município de Porto Velho e necessita coletar dados junto aos alunos, professores, equipe pedagógica e demais servidores de Escolas Rurais e profissionais vinculados a Secretaria de Educação Municipal de Porto Velho(SEMED/PVH) e/ou Secretaria Estadual de Educação de Rondônia (SEDUC/RO).

Desdejáagradecemosasuacolaboraçãocomovalorqueatribuímosaoaltoíndicecientífico dos nossos estudos e garantimos o sigilo e a ética dos dados obtidos dentro dos parâmetros nacionais e internacionais.

Atenciosamente,

Porto Velho, 15 de setembro de 2016.

Maria Suelane Matos da Rocha

Pesquisadora e acadêmica do curso de Pedagogia UNIR

Dr. Josemir Almeida Barros

Prof. do Departamento de Ciências da Educação - DED/UNIR

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DOCUMENTOS

Eu _____, permito que as informações obtidas em áudio, escrita e vídeo pela equipe de pesquisa sobre **Ensino Rural: merendeira escolar** composta pela acadêmica **Maria Suelane Matos da Rocha**, sob a orientação
do **Prof. Dr**. **Josemir Almeida Barros** integrante do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus Porto Velho, sejam utilizadas para fins exclusivos de pesquisa e ensino, observando-se as deliberações da Comissão Científica e de Ética da UNIR.

NOME: _____
ENDEREÇO:_____
IDENTIDADE / CPF: _____
TELEFONE: _____CELULAR:_____
E-MAIL: _____
Local_____
Data:_____

Assinatura: _____